

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA  
ACORDO QUADRO PARA O ALUGUER OPERACIONAL DE  
VEÍCULOS OPERACIONAIS E SERVIÇOS ASSOCIADOS PARA  
EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

**[2022\_077AQ]**

**CADERNO DE ENCARGOS**

SETEMBRO DE 2022

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
CLÁUSULA 1.ª Identificação e Objeto do Concurso .....	5
CLÁUSULA 2.ª Contrato .....	5
CLÁUSULA 3.ª Prazo Contratual .....	6
CLÁUSULA 4.ª Valor estimado .....	6
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....	6
Secção I Obrigações dos Cocontratantes.....	6
CLÁUSULA 5.ª Obrigações dos Cocontratantes.....	6
CLÁUSULA 6.ª Encargos com Direitos de Propriedade .....	8
CLÁUSULA 7.ª Patentes, Licenças e Marcas Registadas.....	8
Secção II Obrigações das Contraentes Públicas .....	8
CLÁUSULA 8.ª Obrigações da AdP SGPS .....	8
CLÁUSULA 9.ª Obrigações das Contraentes Públicas .....	8
CAPÍTULO III RELAÇÕES ENTRE AS PARTES NO ACORDO QUADRO.....	9
CLÁUSULA 10.ª Dever de Sigilo.....	9
CLÁUSULA 11.ª Tratamento de Dados Pessoais .....	9
CLÁUSULA 12.ª Conservação de Dados Pessoais .....	11
CLÁUSULA 13.ª Transferência de Dados Pessoais .....	12
CLÁUSULA 14.ª Dever de Cooperação .....	12
CLÁUSULA 15.ª Alterações ao Acordo Quadro.....	12
CLÁUSULA 16.ª Sanções contratuais .....	13
CLÁUSULA 17.ª Casos fortuitos ou de força maior.....	13
CLÁUSULA 18.ª Suspensão do Acordo Quadro .....	14
CLÁUSULA 19.ª Suspensão ou resolução sancionatória por incumprimento contratual.....	14
CLÁUSULA 20.ª Cessão de posição contratual dos cocontratantes .....	15
CLÁUSULA 21.ª Cessão de posição contratual das contraentes públicas.....	16
CAPÍTULO IV OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES ADJUDICANTES NO ÂMBITO DOS CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO.....	16
CLÁUSULA 22.ª Contratação ao abrigo do Acordo Quadro.....	16
CLÁUSULA 23.ª Critérios de adjudicação nos procedimentos ao abrigo do Acordo Quadro .....	17
CLÁUSULA 24.ª Forma e prazo de vigência dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro. 18	
CLÁUSULA 25.ª Condições e prazo de pagamento.....	18
CLÁUSULA 26.ª Faturação .....	19

CAPÍTULO V TERMOS CONTRATUAIS.....	20
CLÁUSULA 27. <sup>a</sup> Bens e Serviços a Contratar .....	20
CLÁUSULA 28. <sup>a</sup> Períodos de duração.....	21
CLÁUSULA 29. <sup>a</sup> Requisitos técnicos e funcionais mínimos exigidos por lote.....	21
CLÁUSULA 30. <sup>a</sup> Uso de Logótipos e Instalação de Equipamento de Telemática.....	21
CLÁUSULA 31. <sup>a</sup> Auditorias às Viaturas Fornecidas e Serviços Associados .....	21
CLÁUSULA 32. <sup>a</sup> Serviços Associados ao aluguer operacional de veículos .....	22
CLÁUSULA 33. <sup>a</sup> Requisitos obrigatórios da prestação do serviço de aluguer operacional de viaturas.....	25
CLÁUSULA 34. <sup>a</sup> Veículo de Substituição .....	28
CLÁUSULA 35. <sup>a</sup> Seguro Automóvel .....	29
CLÁUSULA 36. <sup>a</sup> Níveis de Serviço.....	30
CLÁUSULA 37. <sup>a</sup> Reporte e Monitorização .....	32
CAPÍTULO VI FATURAÇÃO E PAGAMENTO.....	33
CLÁUSULA 38. <sup>a</sup> Preço Contratual e Condições de Pagamento.....	34
CLÁUSULA 39. <sup>a</sup> Atrasos no Pagamento.....	34
CAPÍTULO VII VICISSITUDES CONTRATUAIS .....	35
CLÁUSULA 40. <sup>a</sup> Sanções Contratuais .....	35
CLÁUSULA 41. <sup>a</sup> Força Maior .....	36
CLÁUSULA 42. <sup>a</sup> Cessão da Posição Contratual .....	37
CLÁUSULA 43. <sup>a</sup> Resolução por Parte dos Cocontratantes.....	37
CLÁUSULA 44. <sup>a</sup> Resolução por Parte da Contraente Pública .....	38
CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS.....	38
CLÁUSULA 45. <sup>a</sup> Consórcio .....	38
CLÁUSULA 46. <sup>a</sup> Prestação de caução nos procedimentos a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro ...	38
CLÁUSULA 47. <sup>a</sup> Execução de Caução .....	39
CLÁUSULA 48. <sup>a</sup> Liberação de Caução.....	40
CLÁUSULA 49. <sup>a</sup> Deveres de informação.....	40
CLÁUSULA 50. <sup>a</sup> Acompanhamento e fiscalização de modo de execução do Contrato.....	41
CLÁUSULA 51. <sup>a</sup> Comunicações.....	41
CLÁUSULA 52. <sup>a</sup> Foro Competente .....	42
CLÁUSULA 53. <sup>a</sup> Regime Aplicável.....	42
CLÁUSULA 54. <sup>a</sup> Contagem dos Prazos .....	42
ÍNDICE DE ANEXOS.....	43
ANEXO I.....	44
ANEXO II .....	45

ANEXO II -A.....	46
ANEXO III .....	49
ANEXO IV .....	50

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **CLÁUSULA 1.ª**

##### **Identificação e Objeto do Concurso**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Acordo Quadro que tem por objeto a locação de bens móveis em regime de aluguer operacional de viaturas, adiante abreviado por AOV, e respetivos serviços associados, e que disciplinará as relações contratuais entre os Cocontratantes e as empresas que constituem o Grupo Águas de Portugal, adiante designado por **Grupo AdP**, que integram o agrupamento de entidades adjudicantes, identificadas no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.
2. O objeto do concurso está dividido em 61 (*sessenta e um*) lotes, que se encontram especificados no **ANEXO II** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.

#### **CLÁUSULA 2.ª**

##### **Contrato**

1. O Acordo Quadro, celebrado por escrito entre os Cocontratantes e o agrupamento de empresas do Grupo Águas de Portugal representado pela **AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, doravante designada por **AdP SGPS**, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Acordo Quadro a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou pelo órgão a quem tenha sido delegada essa competência, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - d) As propostas adjudicadas;
  - e) Os esclarecimentos prestados pelos Cocontratantes sobre as propostas adjudicadas.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior;

4. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 2 da presente cláusula.

### **CLÁUSULA 3.ª**

#### **Prazo Contratual**

1. O Acordo Quadro a celebrar ao abrigo do presente procedimento terá um prazo de vigência de 2 (*dois*) anos, podendo renovar-se por períodos de 1 (*um*) ano, até ao máximo de 4 (*quatro*) anos ou, se nenhuma das se opuser a tal renovação, mediante notificação escrita a enviar à outra parte, através de carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (*sessenta*) dias em relação à data de ocorrência da renovação.
2. O prazo máximo de vigência do Acordo Quadro será de 4 (*quatro*) anos, incluindo as 2 (*duas*) renovações possíveis.
3. O Acordo Quadro produz efeitos após a emissão de visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação em vigor, ou após declaração de tal entidade no sentido de o Acordo Quadro não estar sujeito a fiscalização prévia.
4. Os contratos individuais de aluguer operacional, celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, vigorarão pelo prazo definido nos respetivos procedimentos de formação, consoante as diferentes opções previstas no presente Caderno de Encargos, iniciando a sua vigência na data efetiva da entrega da viatura à entidade adjudicante e terminando com a devolução da mesma à locadora.

### **CLÁUSULA 4.ª**

#### **Valor estimado**

O valor estimado do Acordo Quadro a celebrar ao abrigo do presente procedimento é de € 42.460.585,20 (*quarenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e vinte centimos*), que resulta dos valores estimados por lote previstos no **ANEXO II-A** ao presente caderno de encargos, que do mesmo faz parte integrante.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **Secção I**

#### **Obrigações dos Cocontratantes**

### **CLÁUSULA 5.ª**

#### **Obrigações dos Cocontratantes**

Sem prejuízo das obrigações previstas no Código dos Contratos Públicos e das demais obrigações previstas no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações dos Cocontratantes:

- a) Apresentar proposta em resposta a todos os convites formulados pela **AdP SGPS**, enquanto representante das entidades que constituem o agrupamento do **Grupo AdP**, no âmbito dos procedimentos a lançar ao abrigo do Acordo Quadro objeto do presente caderno de encargos;
- b) Apresentar propostas com preço igual ou inferior ao preço estabelecido no Acordo Quadro e que resulta do valor pelo qual a proposta do cocontratante foi adjudicada;
- c) Fornecer as viaturas, em regime de aluguer operacional, e prestar os respetivos serviços associados, em conformidade com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- d) Comunicar às Contraentes Públicas e à **AdP SGPS**, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do Acordo Quadro objeto do presente caderno de encargos ou do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) Contraente(s) Pública(s);
- e) Não alterar as condições de fornecimento e/ou prestação de serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento e/ou prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- g) Comunicar à **AdP SGPS** qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo Quadro e/ou dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato para a gestão do Acordo Quadro;
- h) Comunicar à **AdP SGPS** a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão do Acordo Quadro e dos contratos de aluguer operacional de viaturas celebrados, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- i) Disponibilizar à **AdP SGPS** a informação relevante para a gestão dos contratos;
- j) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta da **AdP SGPS**;
- k) Sempre que solicitado pela **AdP SGPS**, disponibilizar declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem

os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do Acordo Quadro;

- l) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade.

## **CLÁUSULA 6.ª**

### **Encargos com Direitos de Propriedade**

São da responsabilidade dos Cocontratantes quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

## **CLÁUSULA 7.ª**

### **Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

São da responsabilidade dos Cocontratantes quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de bens ou na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

## **Secção II**

### **Obrigações das Contraentes Públicas**

## **CLÁUSULA 8.ª**

### **Obrigações da AdP SGPS**

Constituem obrigações da **AdP SGPS**:

- a) Efetuar os procedimentos aquisitivos segundo as regras definidas no Acordo Quadro;
- a) Proceder à agregação das necessidades de aquisição das entidades adjudicantes;
- b) Nomear um gestor de categoria responsável pela gestão dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação aos cocontratantes com quem tenha celebrado contrato;
- c) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- d) Reportar aos cocontratantes e entidades adjudicantes os resultados da monitorização referida na alínea anterior que tenham impacto no cumprimento do Acordo Quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo.

## **CLÁUSULA 9.ª**

### **Obrigações das Contraentes Públicas**

Constituem obrigações das Contraentes Públicas:



- a) Nomear um responsável no seio da respetiva empresa (Gestor do Contrato), para efeitos de comunicações com os Cocontratantes e com o gestor designado pela **AdP SGPS**, bem como comunicar quaisquer alterações do responsável nomeado;
- b) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização;
- c) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos e prestação de serviços efetuados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado pela **AdP SGPS**;
- d) Pagar as faturas regularmente emitidas pelos Cocontratantes e que tenham sido aceites;
- e) Executar a caução nos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, caso aplicável.

### **CAPÍTULO III**

#### **RELAÇÕES ENTRE AS PARTES NO ACORDO QUADRO**

#### **CLÁUSULA 10.<sup>a</sup>**

##### **Dever de Sigilo**

- 1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às Contraentes Públicas ou qualquer outra empresa do **Grupo AdP**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
- 4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>**

##### **Tratamento de Dados Pessoais**

- 1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e

adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

- 10.** O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato à Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
- 11.** Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, à Contraente Pública disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Contraente Pública possa razoavelmente solicitar.
- 12.** Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
- 13.** O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
- 14.** O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de compliance do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

## **CLÁUSULA 12.<sup>a</sup>**

### **Conservação de Dados Pessoais**

- I.** O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do(s) contrato(s), e sempre em prazo não superior a um ano

após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.

2. Dependendo da opção comunicada pela Contraente Pública, o Cocontratante deve apagar ou devolver todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do(s) contrato(s), apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

### **CLÁUSULA 13.<sup>a</sup>**

#### **Transferência de Dados Pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a esta transferência.

### **CLÁUSULA 14.<sup>a</sup>**

#### **Dever de Cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do **Grupo AdP**, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do **Grupo AdP** deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup>**

#### **Alterações ao Acordo Quadro**

1. O Acordo Quadro pode ser atualizado no que respeita às viaturas por Lote, respetivas marcas, modelos, versões e serviços associados.
2. A atualização referida no número anterior deve cumprir os requisitos técnicos, funcionais e ambientais mínimos exigidos para a celebração do Acordo Quadro e deve manter ou diminuir a proposta de preço, na componente “Valor da Proposta”, que consta do Acordo Quadro.
3. O Acordo Quadro pode ainda ser modificado por via de alterações que resultem de impostos, designadamente o Imposto sobre Veículos (ISV) e o Sistema Integrado de Gestão de Pneus Usados (SGPU), desde que devidamente comprovadas.

4. Os cocontratantes que careçam de qualquer alteração ao Acordo Quadro devem comunicar por escrito essa intenção à **AdP SGPS**, com uma antecedência mínima de 30 (*trinta*) dias em relação à data em que pretendem ver introduzida a alteração.
5. Qualquer alteração só se considera válida após autorização escrita da **AdP SGPS**, sendo que os documentos da atualização, devidamente assinados entre as partes, farão parte integrante de uma adenda ao Acordo Quadro.
6. A atualização solicitada pelos cocontratantes não pode modificar o objeto principal do Acordo Quadro, nem impedir, restringir ou falsear a concorrência garantida na fase de formação do mesmo.

#### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup>**

##### **Sanções contratuais**

1. O incumprimento das obrigações assumidas por cada Cocontratante ao abrigo do Acordo Quadro confere à **AdP SGPS**, no uso dos poderes conferidos pelas entidades adjudicantes, o direito de aplicação de sanções pecuniárias.
2. O montante das sanções será calculado em função da gravidade do incumprimento, da sua reiteração, bem como do prejuízo para a **AdP SGPS** e respetivas empresas do **Grupo AdP**.

#### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup>**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Acordo Quadro.
2. São considerados eventos de força maior as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento de obrigações contratuais e que sejam alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar e que não derive de negligência ou de falta de qualquer delas.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não se consideram eventos de força maior:
  - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - b) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem.
5. A ocorrência de um evento que possa ser considerado de força maior deve ser imediatamente comunicado pela parte afetada à outra parte. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. Caso o evento comunicado possa ser considerado de força maior conforme o disposto na Cláusula anterior, será determinada a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **CLÁUSULA 18.<sup>a</sup>**

##### **Suspensão do Acordo Quadro**

- 1. Sem prejuízo do direito de resolução do Acordo Quadro, a **AdP SGPS** pode em qualquer momento suspender total ou parcialmente a execução do Acordo Quadro.
- 2. A suspensão produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes no Acordo Quadro, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
- 3. A **AdP SGPS** pode a qualquer momento levantar a suspensão do Acordo Quadro.
- 4. Os cocontratantes do Acordo Quadro não podem reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do Acordo Quadro.

#### **CLÁUSULA 19.<sup>a</sup>**

##### **Suspensão ou resolução sancionatória por incumprimento contratual**

- 1. O incumprimento, por qualquer dos cocontratantes selecionados, das obrigações que sobre si recaem nos termos do Acordo Quadro, dos contratos celebrados ao seu abrigo ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, confere à **AdP SGPS** o direito à suspensão ou à resolução do

Acordo Quadro relativamente aos Cocontratantes faltosos, podendo, ainda, a **AdP SGPS** solicitar o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados.

2. Para efeitos da presente Cláusula, e sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se consubstanciar incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações em relação a cada Cocontratante:
  - a) Incumprimento de normas legais ou regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
  - b) Apresentação à insolvência, ou insolvência declarada pelo Tribunal;
  - c) Incumprimento das suas obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
  - d) Prestação de falsas declarações;
  - e) Não apresentação dos relatórios previstos na Cláusula 37.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos;
  - f) Recusa da prestação de serviços a uma entidade que constitui o agrupamento de entidades adjudicantes do Grupo AdP;
  - g) Apresentação de proposta inválida ou não apresentação de proposta em resposta aos convites formulados pela AdP SGPS enquanto representante das entidades que constituem o agrupamento do Grupo AdP, no âmbito do Acordo Quadro objeto do presente caderno de encargos;
  - h) Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais e níveis de serviços mínimos previstos nas Cláusulas 29.<sup>a</sup> e 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos;
  - i) Incumprimento das obrigações que resultam dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro.
3. Em função da ponderação da gravidade e reiteração do incumprimento, a sanção de suspensão do Acordo Quadro pode durar até 6 (seis) meses.
4. Para efeitos do disposto nas alíneas e), f), g) e h) do n.º 2, considera-se haver incumprimento definitivo, para efeitos da aplicação da resolução sancionatória, quando, após advertência e aplicação de sanção, o cocontratante continue a incorrer em incumprimento.
5. A suspensão e a resolução são notificadas ao contratante em causa, por carta registada com aviso de receção, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
6. A suspensão e a resolução do Acordo Quadro relativamente a um cocontratante não prejudicam a aplicação de qualquer das sanções contratuais previstas na Cláusula 16.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.

## **CLÁUSULA 20.<sup>a</sup>**

### **Cessão de posição contratual dos cocontratantes**

Salvo situações de fusão ou cisão de sociedades, bem como qualquer alteração de efeitos análogos, os cocontratantes não podem ceder a sua posição no Acordo Quadro e nos contratos celebrados ao seu abrigo.

### **CLÁUSULA 21.<sup>a</sup>**

#### **Cessão de posição contratual das contraentes públicas**

1. É permitida a cessão da posição contratual, total ou parcial, detida por qualquer uma das contraentes públicas, desde que determinada por efeito de fusão ou cisão de sociedades, bem como por sucessão legal ou qualquer alteração legislativa de efeitos análogos.
2. A cessão da posição contratual prevista no número anterior produz efeitos com a notificação aos cocontratantes do ato, contrato ou diploma legal que determinar a modificação subjetiva ocorrida.
3. A cessão da posição contratual por qualquer uma das Entidades Adjudicantes em situações diversas das previstas nos números anteriores depende de autorização dos co-contratantes, mas só pode ser recusada quando haja fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias dos cocontratantes.

## **CAPÍTULO IV**

### **OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES ADJUDICANTES NO ÂMBITO DOS CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**

### **CLÁUSULA 22.<sup>a</sup>**

#### **Contratação ao abrigo do Acordo Quadro**

1. A contratação ao abrigo do Acordo Quadro é efetuada através de convite dirigido a todos os cocontratantes do Lote do Acordo Quadro ao abrigo do qual será lançado o procedimento, nos termos do artigo 259.º do CCP.
2. Os procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro pelas entidades adjudicantes devem ser efetuados através da plataforma eletrónica **AcinGov**, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
3. O convite às entidades selecionadas no Acordo Quadro, quando efetuado, deverá necessariamente ser feito pela **AdP SGPS** enquanto representante das entidades que constituem o agrupamento do **Grupo AdP**.
4. O prazo definido no convite para a apresentação das propostas nunca poderá ser inferior a 5 (cinco) dias.



5. A AdP **SGPS** poderá recorrer à negociação ou leilão eletrónico, nos termos previstos no CCP, para melhorar as condições propostas pelos concorrentes.
6. As consultas a efetuar ao abrigo do Acordo Quadro poderão prever a necessidade de alterações aos veículos originais por via da introdução ou modificação de equipamentos específicos e imprescindíveis à satisfação das necessidades subjacentes à prossecução da atividade a que o veículo se destina, doravante designada por transformação.
7. As transformações referidas no número anterior devem ser asseguradas pela entidade fornecedora, ficando esta responsável pelo normal funcionamento do veículo.

### **CLÁUSULA 23.<sup>a</sup>**

#### **Critérios de adjudicação nos procedimentos ao abrigo do Acordo Quadro**

1. A adjudicação será feita por lote.
2. A adjudicação será efetuada segundo um dos seguintes critérios:
  - a) O critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo adjudicada a proposta que apresente o mais baixo preço, calculado de acordo com a renda mensal proposta; ou
  - b) O critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, tendo em conta os seguintes fatores:
    - i. Preço, calculado de acordo com a renda mensal proposta – com uma ponderação mínima obrigatória de 70%; e um ou mais dos seguintes fatores:
    - ii. Prazo de entrega;
    - iii. Fatores ambientais;
    - iv. Custos operacionais;
    - v. Preço proposto para o quilómetro percorrido e não percorrido.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a renda mensal proposta deverá contemplar, para cada uma das combinações de duração e quilometragem a contratar, o custo correspondente aos equipamentos e serviços obrigatórios, bem como os custos correspondentes aos equipamentos e serviços adicionais, em cada procedimento, a(s) entidade(s) adjudicante(s) entendam incluir.
4. Em caso de empate na pontuação final das propostas serão considerados como fatores de desempate os seguintes:
  - a) Será considerado o menor valor para a renda unitária que abrange o maior número de viaturas a contratar em função dos respetivos atributos para a duração do contrato e quilometragem contratada, a definir por cada procedimento consoante o respetivo objeto;

- a) Caso a situação de empate persista será considerado o menor valor para o fator “*Valorização dos Fatores Ambientais*”;
- b) Caso a situação de empate persista será considerado o menor valor do custo unitário do quilómetro percorrido e não contratado;
- c) Caso a situação de empate persista será considerado o menor valor para o fator “*Valorização dos Custos Operacionais*”;
- d) Se, da aplicação do critério definido nas alíneas anteriores, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
  - i. O Júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (*dois*) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
  - ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
  - iii. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
  - iv. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada;
  - v. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

#### **CLÁUSULA 24.<sup>a</sup>**

##### **Forma e prazo de vigência dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro**

- 1. Os contratos de aluguer operacional de viaturas celebrados ao abrigo do Acordo Quadro deverão ter uma duração de 48 (*quarenta e oito*) meses.
- 2. Os contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro podem produzir efeitos para além da vigência do mesmo.
- 3. A celebração de novo Acordo Quadro com o mesmo objeto impossibilita qualquer renovação, por parte das contraentes públicas, dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro objeto do presente caderno encargos.

#### **CLÁUSULA 25.<sup>a</sup>**

##### **Condições e prazo de pagamento**

1. As Contraentes Públicas são exclusivamente responsáveis pelo pagamento devido pela execução dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro.
2. O valor a pagar pelo aluguer operacional de viaturas e respetivos serviços associados pelas Contraentes Públicas às locadoras é o que resultar do disposto no presente caderno de encargos e das propostas adjudicadas no procedimento celebrado ao abrigo do Acordo Quadro, sendo que nunca poderá ser superior ao preço máximo de referência estabelecido no Acordo Quadro, acrescido quando aplicável do valor devido por opcionais e transformações que se mostrem necessárias.
3. As quantias devidas aos adjudicatários, nos termos das Cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a boa receção pelas Contraentes Públicas das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da respetiva obrigação.
4. Para efeitos do número anterior, os procedimentos a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro concretizarão os termos para a emissão das faturas.
5. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública, incorreções ou omissões de dados nas faturas emitidas, esta deve comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, iniciando-se novamente o prazo de pagamento referido no n.º 3.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 3, as faturas são pagas através de transferência bancária ou outro meio que venha a ser acordado entre as partes.
7. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar sempre os números das notas de encomenda emitidas pelas respetivas Contraentes Públicas.

## **CLÁUSULA 26.<sup>a</sup>**

### **Faturação**

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante às Contraentes Públicas devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
  - a) Ser emitida mensalmente;
  - b) Ser acompanhada da informação relativa aos serviços previstos no presente caderno de encargos prestados durante o período de faturação e aceites;
3. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de

dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, as faturas são emitidas pelo Cocontratante em formato papel.

4. Decorrido o período transitório referido no número anterior e após confirmação pelas Contraentes Públicas, as faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
5. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>.
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIOUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS).
6. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à Contraente Pública, às prestações mensais previstas na alínea a) do n.º 2 não acrescem quaisquer juros de mora.
7. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
8. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelas Contraentes Públicas não será objeto de qualquer cobrança adicional.

## **CAPÍTULO V**

### **TERMOS CONTRATUAIS**

#### **OBRIGAÇÕES DOS COCONTRATANTES NO ÂMBITO DOS CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**

#### **CLÁUSULA 27.<sup>a</sup>**

##### **Bens e Serviços a Contratar**

1. A locação de veículos, em regime de aluguer operacional de viaturas, compreende os lotes indicados no **ANEXO II** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.
2. Os requisitos técnicos e funcionais de cada um dos lotes encontram-se definidos no **ANEXO III** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.

3. A descrição dos equipamentos obrigatórios e opcionais a incluir por lote encontra-se prevista no **ANEXO IV** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
4. Os contratos de aluguer operacional de viaturas incluem os respetivos serviços associados definidos na cláusula 32.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.

#### **CLÁUSULA 28.<sup>a</sup>**

##### **Períodos de duração**

A locação em regime de aluguer operacional de viaturas e respetivos serviços associados por parte das entidades adjudicantes poderá ser realizada pelos seguintes períodos e respetivas quilometragens:

- a) Contratos com duração de 48 (*quarenta e oito*) meses - 80.000 Km, 100.000 Km, 120.000 Km, 1400.000 Km 160.000 Km e 200.000 Km.

#### **CLÁUSULA 29.<sup>a</sup>**

##### **Requisitos técnicos e funcionais mínimos exigidos por lote**

1. O Cocontratante obriga-se a assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais definidos para os bens e serviços a fornecer, nos termos previstos no **ANEXO III** do presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.
2. O Cocontratante obriga-se disponibilizar as viaturas com os equipamentos obrigatórios a incluir por lote conforme **ANEXO IV** ao presente caderno de encargos.

#### **CLÁUSULA 30.<sup>a</sup>**

##### **Uso de Logótipos e Instalação de Equipamento de Telemática**

1. Durante o período de vigência contratual, o Cocontratante autoriza a Contraente Pública a colocar autocolantes nas viaturas com o respetivo logótipo ou com o logótipo do **Grupo AdP**.
2. O Cocontratante autoriza a Contraente Pública a instalar equipamento de telemática, com recurso a soluções não intrusivas, de modo a não danificar o veículo, privilegiando tecnologias de recolha de sinais por indução, em todas as viaturas abrangidas pelo contrato e durante o seu período de vigência.

#### **CLÁUSULA 31.<sup>a</sup>**

##### **Auditorias às Viaturas Fornecidas e Serviços Associados**

A qualquer momento a **AdP SGPS**, a Contraente Pública, ou outras entidades mandatadas pela **AdP SGPS** para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato e o cumprimento das obrigações legais.

## **CLÁUSULA 32.<sup>a</sup>**

### **Serviços Associados ao aluguer operacional de veículos**

1. A locação em regime de aluguer operacional de veículos inclui a prestação dos serviços associados durante o período de vigência contratual.
2. São considerados serviços associados para efeitos dos contratos a celebrar, os serviços de gestão da entrega, gestão de documentação relativa ao veículo, gestão da manutenção, gestão de pneus, gestão da inspeção periódica obrigatória (IPO), utilização de Centro de Apoio ao Condutor, assistência em viagem, disponibilização opcional de viatura de substituição, gestão de coimas e gestão da cessação/restituição, cujos encargos se encontram incluídos no valor das rendas mensais devidas pela Contraente Pública.
3. O serviço de telemática não faz parte dos serviços associados ao aluguer operacional de veículos objeto do presente procedimento.
4. Os serviços de gestão da entrega compreendem, por parte dos Cocontratantes:
  - a) A entrega do(s) veículo(s) na sede da Contraente Pública ou noutro local a indicar com uma antecedência de 10 (dez) dias relativamente à data de entrega da viatura;
  - b) O preenchimento, no ato da entrega da viatura, do documento “*Auto de Entrega/Receção do Veículo*” onde conste o registo dos quilómetros, a entrega da documentação obrigatória, do certificado internacional de seguro automóvel, do manual de utilização do fabricante, do livro de garantia e revisões do fabricante e do equipamento obrigatório para a circulação na via pública;
  - c) A entrega do manual de instruções sobre o contrato de aluguer operacional onde constam os contactos da locadora (Assistência em Viagem e Centro de Apoio ao Condutor) e os procedimentos referentes à utilização e devolução do veículo no termo do contrato, referindo quais os danos que são aceites pela locadora e os que não são aceites e que serão cobrados.
5. Os serviços de gestão da documentação consistem em assegurar que toda a documentação legal relativa ao veículo, mesmo que provisória, é enviada à Contraente Pública, dentro dos prazos legalmente impostos, de forma a esta poder circular na via pública com o veículo, em cumprimento do disposto no Código da Estrada.
6. Os serviços de gestão da manutenção consistem em assegurar as intervenções de manutenção preventiva e corretiva, cumprindo os requisitos definidos na cláusula seguinte.

7. Os serviços de gestão de pneus consistem na gestão do processo de reparação/substituição de pneus, até ao limite do número de pneus contratados, cumprindo os requisitos definidos na cláusula seguinte.
8. Os serviços de gestão da inspeção periódica obrigatória (IPO) consistem em assegurar relativamente às viaturas em regime de locação o cumprimento do regime definido no Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, nomeadamente a marcação da inspeção e a notificação da Contraente Pública e do utilizador da viatura, cumprindo os seguintes requisitos:
- a) O agendamento da IPO é realizado diretamente pelo utilizador nos locais e empresas definidos pelo Cocontratante ou através do Centro de Apoio ao Condutor;
  - b) No caso de o veículo reprovar na IPO, o utilizador deve informar de imediato o Cocontratante, que indicará uma oficina ou ponto de assistência técnica onde o veículo possa ser assistido, para que todas as incidências registadas sejam eliminadas e o veículo seja novamente submetido a nova inspeção.
9. Os serviços de utilização do Centro de Apoio ao Condutor compreendem o atendimento aos utilizadores, vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, através de um número de telefone único e/ou um endereço de correio eletrónico único, que reencaminhará os problemas apresentados ou apresente resolução à prestação de esclarecimentos relacionados com todos os serviços prestados ao abrigo do contrato, devendo encontrar-se disponível para serviços de manutenção, reparação, pneus e IPO.
- As chamadas devem ser gravadas para rastreio de qualidade das ordens de trabalho subsequentes, por alternativa se não assegurarem a gravação das chamadas e a garantia de rastreio, devem ter um endereço eletrónico único alternativo para assegurar os serviços do centro de apoio ao condutor.
10. Os serviços de assistência em viagem compreendem a assistência do veículo, os seus ocupantes e respetivas bagagens em Portugal ou no estrangeiro, nos seguintes termos:
- a) O utilizador pode solicitar a desmanagem no local ou reboque do veículo até à oficina ou ponto de assistência técnica autorizada pelo Cocontratante, em caso de avaria, sinistro ou furto, falta de combustível ou eletricidade ou abastecimento incorreto, furo, perda de chaves ou trancadas no interior do veículo, falta de bateria ou outro motivo que impeça a sua circulação;
  - b) O utilizador pode solicitar o transporte, alojamento em hotel definido pela locadora, repatriamento ou prossecução de viagem sempre que a imobilização seja superior a duas horas;

- c) O transporte do utilizador deve ser assegurado, pelos motivos referidos na alínea anterior, e ainda até ao local onde seja disponibilizado o veículo de substituição.
- 11.** Os serviços de gestão do veículo de substituição compreendem a disponibilização de um veículo de substituição nos casos de impossibilidade de uso do veículo por motivos de intervenção por manutenção e avaria, cumprindo os seguintes requisitos definidos na cláusula 34.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.
- 12.** Os serviços de seguro automóvel compreendem a sua contratualização pelo(s) Cocontratante(s), cumprindo os termos estabelecidos na cláusula 35.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.
- 13.** Os serviços de gestão de sinistros incluem a regularização dos processos de sinistro despoletados pelo próprio utilizador ou pela Contraente Pública cumprindo os requisitos definidos na cláusula 35.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.
- 14.** Os serviços de gestão de coimas abrangem a identificação dos infratores perante a entidade autuante, devendo ser dado conhecimento, por escrito, à Contraente Pública, das comunicações recebidas e realizadas.
- 15.** Os serviços de cessação/restituição abrangem a tramitação do processo de restituição do veículo, compreendendo a sua receção e retirada de equipamento, cumprindo os requisitos previstos na cláusula seguinte.
- 16.** A locadora deve disponibilizar um acesso a um sítio na Internet que contenha a informação sobre a execução, com descrição das intervenções de manutenção, de todos os contratos adjudicados ao abrigo Acordo Quadro e durante o prazo do contrato de AOV.
- 17.** O sítio referido no número anterior disponibiliza, nomeadamente, os seguintes dados, quer diretamente, quer extraíveis para formato de folha de cálculo:
- a) Dados do veículo (características e equipamento);
  - b) Dados do contrato (valores financeiros, serviços contratados e condições, desvio de quilómetros);
  - c) Dados de detalhe quanto à manutenção dos veículos (data, tipo e descrição da intervenção);
  - d) Tipologia de pneus substituídos;
  - e) Dados sobre a utilização de veículo de substituição (período, motivo e tipologia de veículo);
  - f) Dados sobre o seguro e sinistros;



- g) Informação necessária para o cálculo da IFRS16.

### **CLÁUSULA 33.<sup>a</sup>**

#### **Requisitos obrigatórios da prestação do serviço de aluguer operacional de viaturas**

- 1.** Em matéria de serviços associados à locação de viaturas, o Cocontratante encontra-se adstrito a cumprir os seguintes requisitos:
  - a) As viaturas a fornecer devem ter uma quilometragem zero ou a mínima necessária para a deslocação das mesmas até aos locais de entrega;
  - b) O número de pneus a incluir no contrato será em número ilimitado;
- 2.** As intervenções de manutenção preventiva e corretiva devem cumprir os seguintes requisitos:
  - a) Ser realizadas segundo as normas do fabricante, assegurando que cumprem todos os controlos, exigências necessárias para a circulação do veículo em condições de segurança e de acordo com as imposições legais em vigor;
  - b) Os serviços de manutenção dos veículos de motorização a gasóleo, não incluem a reposição do líquido **AdBlue**, uma vez que não faz parte do plano de manutenção preconizado pelos fabricantes de automóveis, não se enquadrando nas exigências fixadas na alínea anterior, pelo que não deverá constar nos requisitos obrigatórios da prestação de serviços, nem transpostos quaisquer encargos para a proposta.
  - c) Quando ocorra intervenção no veículo por responsabilidade do utilizador, em resultado de negligência ou desleixo na sua utilização, essa intervenção deve ser previamente autorizada pela Contraente Pública, fundamentando a ocorrência com um relatório técnico da oficina ou ponto de assistência técnica;
  - d) Em caso de discordância por parte da Contraente Pública, o Cocontratante ou a Contraente Pública podem recorrer a uma entidade independente e certificada para o efeito, para elaboração de um relatório de peritagem cujo resultado devem aceitar, sendo o custo da reparação e da peritagem assumido pela entidade a quem o relatório imputar a responsabilidade;
  - e) O agendamento das intervenções pode ser feito diretamente pelo utilizador nas oficinas ou pontos de assistência técnica autorizados pelo fornecedor ou através do Centro de Apoio ao Condutor.
- 3.** O processo de reparação/substituição de pneus deve observar os seguintes requisitos:
  - a) A substituição dos pneus deve ocorrer sempre que os requisitos de segurança estejam em causa ou no caso de incumprimento das normas legais em vigor, ainda que não tenham percorrido o número de quilómetros previstos na alínea b) do n.º I da presente Cláusula, até ao limite do número de pneus contratados;

- b) O processo de reparação/substituição de pneus inclui o alinhamento de direção, quando a substituição ocorre num dos pneus frontais e sempre que se mostre necessário;
  - c) É obrigatória a calibragem de rodas sempre que ocorra uma substituição e um alinhamento de direção na substituição de dois ou mais pneus;
  - d) Os pneus devem cumprir os parâmetros essenciais de eficiência energética no que concerne à respetiva resistência ao rolamento, não excedendo os valores-limite estipulados na ISO 28580 ou norma equivalente, de segurança e garantir baixas emissões sonoras, respeitando a classe de ruído exterior de rolamento os valores-limite (VL) estabelecidos na Parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 661/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, na redação atualmente em vigor.
  - e) Os pneus deverão cumprir preferencialmente a classificação energética de consumo de combustível de “**A**”, no entanto, a referida eficiência nunca poderá ser inferior à classe energética de “**C**”.
4. O Cocontratante deve ter implementados mecanismos de qualidade junto da sua rede de oficinas que possam garantir uma adequada recolha e eliminação de óleos lubrificantes e pneus usados de forma a minimizar o impacto ambiental e assegurar o tratamento adequado deste tipo de resíduos até ao respetivo destino final.
  5. Com uma antecedência de 60 (*sessenta*) dias, o Cocontratante deve realizar uma comunicação à Contraente Pública e à **AdP SGPS** informando sobre a data do termo do contrato.
  6. Após a comunicação do pré-aviso da data de fim de contrato, pelo Cocontratante, a Contraente Pública deve agendar a recolha do veículo nas instalações do Cocontratante ou outro local, a definir com uma antecedência de 30 (*trinta*) dias.
  7. No momento da devolução do veículo, deve estar presente um representante do Cocontratante, que deve preencher e assinar o documento de “Auto de Restituição” com o utilizador ou outro responsável da Contraente Pública.
  8. Juntamente com o veículo devem ser devolvidos todos os documentos, nomeadamente o original do Documento Único Automóvel (DUA), o Certificado de Inspeção Periódica Obrigatória e o Certificado Internacional de Seguro Automóvel quando aplicáveis, os manuais entregues, designadamente o Manual de Instruções e o Livro de Manutenção, as chaves e os códigos a que ao mesmo dizem respeito.
  9. A Contraente Pública pode antecipar ou adiar a entrega do veículo até 30 (*trinta*) dias da data de fim de contrato, liquidando apenas o equivalente aos dias utilizados, calculado proporcionalmente, de acordo com a renda mensal.

**10.** Sempre que o veículo percorrer mais ou menos quilómetros que o número de quilómetros definido no contrato, o Cocontratante deve cumprir com os seguintes requisitos:

- a) Se o desvio de quilómetros for inferior ou igual a 10%, não existe custo nem proveito a apurar;
- b) Se o desvio de quilómetros for superior a 10% e inferior ou igual a 25%, aplica-se o custo unitário definido na proposta, multiplicado pelo número de quilómetros percorridos a mais, em relação ao número definido no contrato, ou pelo número de quilómetros não percorridos;
- c) Se o desvio de quilómetros for superior a 25% e inferior ou igual a 40%, aplica-se o custo unitário definido na proposta, agravado em 20%, multiplicado pelo número de quilómetros percorridos a mais, em relação ao número definido no contrato, ou pelo número de quilómetros não percorridos;
- d) Se o desvio de quilómetros for superior a 40%, é obrigatório efetuar o recálculo no fim do contrato, que será obrigatoriamente aceite pela Contraente Pública.
- e) No que diz respeito às diferenças de quilometragens superiores a 10%, aos quilómetros efetivamente percorridos deverão ser descontados os 10% face aos quilómetros contratados, ou seja, este valor equivale a uma tolerância de 10%.

**11.** O recálculo de um contrato deve ser efetuado cumprindo os seguintes requisitos:

- a) O custo de recálculo é obtido pela diferença de rendas, com base nas propostas apresentadas para os vários prazos e quilómetros contratados;
- b) Em alternativa, pode o Cocontratante, por sugestão da Contraente Pública, e dependendo da sua aceitação, apresentar proposta para um prazo ou quilometragem diferente, desde que seja financeiramente mais vantajoso para a Contraente Pública;
- c) A diferença das rendas será creditada ou debitada à Contraente Pública com efeitos retroativos;
- d) Em caso de rescisão antecipada a pedido da Contraente Pública, que não resulte de sinistro com perda total, o fornecedor cobrará 30% das rendas vincendas entre a data de devolução do veículo e 30 (*trinta*) dias antes da data de fim de contrato prevista inicialmente.

**12.** A Contraente Pública pode solicitar alterações ao veículo entregue, diretamente ao Cocontratante, após comunicação à **AdP SGPS**, exceto quando a alteração diga respeito à incorporação de alarme e/ou sistema de localização, desde que seja garantida a instalação de um sistema não intrusivo, caso em que não é necessária qualquer comunicação prévia.

**13.** São da responsabilidade do Cocontratante todos os impostos e taxas supervenientes à data de celebração do contrato e que resultem de legislação aprovada.

- 14.** São da responsabilidade do Cocontratante alterações resultantes de novas obrigações que venham a ser previstas no Código da Estrada, nomeadamente pela inclusão de qualquer equipamento ou acessório obrigatório.

### **CLÁUSULA 34.<sup>a</sup>**

#### **Veículo de Substituição**

- I.** Em relação ao serviço de veículo de substituição, o Cocontratante deve assegurar o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Por motivo de intervenção de manutenção preventiva, a entrega e recolha do veículo de substituição na oficina ou ponto de assistência técnica, quando a marcação for efetuada com 48 horas de antecedência;
  - b) Por motivo de intervenção de manutenção corretiva/avaria, o Cocontratante, deve assegurar o transporte do condutor até ao local onde seja disponibilizado o veículo de substituição;
  - c) Por motivo de intervenção de manutenção corretiva/avaria e após reparação, a entrega do veículo de substituição será realizado na oficina respetiva, desde que informado o Cocontratante ou a empresa rent-a-car subcontratada;
  - d) O Cocontratante deve comunicar ao utilizador as condições de aluguer do veículo de substituição, incluindo as coberturas de seguro, obrigações de utilização e taxas que o mesmo se encontre sujeito em caso de incumprimento;
  - e) O veículo a disponibilizar pelo Cocontratante deve ser de gama equivalente à do veículo contratado, ou em caso de indisponibilidade, pode ser disponibilizada uma viatura da mesma categoria (**NI** ou **MI**, consoante o caso), sempre que seja aceite pela Contraente Pública por ser compatível com a especificidade de terreno onde vai circular, tarefas a executar ou carga a transportar;
  - f) Quando se tratar de veículos comerciais ligeiros (**NI**) de natureza e características técnicas muito específicas, a viatura de substituição também deverá ser comercial ligeiro (**NI**), sendo aceitável uma viatura da tipologia «Furgão» com capacidade de carga de 3 metros cúbicos;
  - g) Quanto ao tipo de combustão, a viatura de substituição deverá ser do mesmo tipo da viatura contratada, na sua impossibilidade, serão aceites outros combustíveis.
  - f) As Contraentes Públicas podem nomear um colaborador para rececionar as viaturas e/ou efetuar o levantamento ou a entrega das mesmas, ainda que não venha a ser efetivamente o utilizador da viatura alugada, devendo para o efeito informar o Cocontratante. Em qualquer das situações referidas, não poderá o adjudicatário recolher nem registar os dados pessoais

dos colaboradores (tais como nome, morada, n.º cartão cidadão ou n.º da carta de condução) nas suas bases de dados para efeitos de comunicação com terceiros, tal como autoridades policiais.

- g) Sempre que haja recurso a serviços de *Rent-a-Car*, o contrato individual de aluguer da viatura de substituição deverá obrigatoriamente ser emitido em nome da Contraente Pública com a opção de “Outros Condutores Habilitados”, dispensando a identificação do condutor da viatura. Não poderá o adjudicatário recolher nem registar os dados pessoais dos colaboradores (tais como nome, morada, n.º cartão de cidadão ou n.º da carta de condução) nas suas bases de dados para utilização das empresas de *Rent-a-car* ou para comunicação a terceiros. O interlocutor será sempre a entidade adjudicante.
- h) Sempre que não seja possível a disponibilização de uma viatura de substituição através de *Rent-a-Car* em oficina, deve ser assegurado o serviço de táxi ou transporte em veículos descaracterizados a partir de plataformas eletrónicas (TVDE), num período máximo de trinta minutos.
- i) As Contraentes Públicas podem solicitar ao Cocontratante uma viatura de substituição com identificador de Via Verde, aquando da reserva da mesma. O valor a pagar, faturado sob a forma de serviço não contratado (SNC), incluirá o *fee* referente ao dispositivo e o valor das portagens, sempre que tenham ocorrido passagens em portagens de autoestrada.

### **CLÁUSULA 35.<sup>a</sup>**

#### **Seguro Automóvel**

**I. Os serviços de seguro automóvel compreendem as seguintes coberturas:**

- a) Responsabilidade civil, com capital de € 50.000.000,00 (*cinquenta milhões de euros*) por veículo e por sinistro;
- b) Danos próprios nos veículos com franquias de 2% incluindo os seguintes riscos:
  - i. Choque, colisão e capotamento (CCC);
  - ii. Furto ou roubo, ou a sua tentativa, quer a chave esteja ou não na posse do tomador ou dos segurados (FR);
  - iii. Incêndio, raio ou explosão (IRE);
  - iv. Fenómenos da natureza, incluindo cataclismos naturais, chuvas, inundações, queda de granizo e fenómenos sísmicos (FN);
  - v. Assaltos, tumultos, alterações da ordem pública e comoções civis;
  - vi. Vandalismo e atos ou danos maliciosos;
  - vii. Quebra isolada de vidros (QIV).

- c) Proteção de ocupantes, incluindo o condutor, com capital de € 30.000,00 (*trinta mil euros*) para indemnização por morte ou invalidez permanente e de € 4.000,00 (*quatro mil euros*) para despesas de tratamento médico, valores por ocupante, ambos os limites são considerados como capitais mínimos;
  - d) No âmbito dos serviços de seguro automóvel, a franquia será cobrada pela locadora quando, cumulativamente, forem acionados os danos próprios, excluindo-se a quebra isolada de vidros e o furto ou roubo total ou parcial, e a responsabilidade for imputada ao utilizador, a terceiro ou por causa desconhecida.
2. Em caso de perda total definida pela seguradora no âmbito da legislação em vigor, a Contraente Pública não terá de remunerar a locadora, à exceção das rendas devidas até à data do sinistro.
  3. O utilizador deve efetuar a comunicação de um processo de sinistro no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis após o sinistro, preferencialmente através de declaração amigável de acidente automóvel e outros documentos que fundamentem o apuramento de responsabilidades, tais como auto de participação às autoridades e recolha de testemunhos.
  4. O agendamento da peritagem e início da reparação é da responsabilidade da locadora, devendo comunicar atempadamente com o utilizador ou Contraente Pública, de forma a assegurar o cumprimento dos prazos legais.
  5. A franquia, quando aplicável, será regularizada diretamente entre a Contraente Pública e a locadora.
  6. A reparação da viatura deve ser efetuada nas oficinas ou pontos de assistência técnica autorizados pela locadora.
  7. Após a reparação estar efetuada, o utilizador deve ser informado do local, data e hora em que deve proceder ao levantamento do veículo.

### **CLÁUSULA 36.<sup>a</sup>**

#### **Níveis de Serviço**

Os Cocontratantes devem assegurar os seguintes níveis de serviço, em relação aos serviços previstos nas cláusulas anteriores do presente caderno de encargos:

- a) A entrega das viaturas à Contraente Pública deve ser realizada no prazo máximo de 270 (*duzentos e setenta*) dias úteis contados após a assinatura dos respetivos contratos.
- b) Qualquer lote adjudicado cujo volume ultrapasse os 100 veículos numa única encomenda, ou em caso de transformação, o prazo máximo para entrega é acrescido de 30%.
- c) Caso o veículo tenha alguma transformação que implique alteração no certificado de matrícula, ao prazo indicado no número anterior acrescem mais 30 (*trinta*) dias úteis, sendo que a locadora deverá

disponibilizar à entidade adjudicante a documentação que habilite o veículo a circular de forma legal na via pública.

- d) O serviço de gestão da encomenda deve assegurar o cumprimento do prazo de entrega definido no número anterior, o qual se inicia na data da outorga do contrato.
- e) Qualquer alteração ao prazo de entrega deve ser comunicada com uma antecedência mínima de 5 (*cinco*) dias úteis à entidade adjudicante e à **AdP SGPS**.
- f) O serviço de gestão da entrega deve assegurar um prazo de 5 (*cinco*) dias, após a data da entrega efetiva dos veículos, para enviar os dados a solicitar pela Contraente Pública ou pela **AdP SGPS**, em formato eletrónico, com a matrícula, a marca, o modelo, a versão, a data de entrega e a data de matrícula dos veículos;
- g) O serviço de gestão da documentação deve assegurar a entrega de toda a documentação provisória no dia da entrega do veículo e o certificado de matrícula em 30 (*trinta*) dias;
- h) O serviço de gestão da manutenção deve assegurar os seguintes níveis de serviço:
  - i. O utilizador não deve realizar uma deslocação total superior a 50 km (ida e volta);
  - ii. O serviço de manutenção deve ser agendado em 2 horas úteis;
  - iii. A intervenção de manutenção preventiva deve iniciar-se em 2 (*dois*) dias úteis;
- i) O serviço de gestão de pneus deve garantir:
  - i. Validação e marcação do serviço de substituição até 2 horas úteis após o pedido, sendo feito o agendamento diretamente pelo utilizador nas oficinas autorizadas pelo Cocontratante ou através do Centro de Apoio ao Condutor;
  - ii. Substituição do(s) pneu(s) em dois dias úteis (exceto se tiver sido acordado um prazo diferente com o utilizador da Contraente Pública);
- j) O serviço de gestão da IPO deve assegurar o pré-aviso e a marcação da IPO com, pelo menos, trinta dias de antecedência em relação à data-limite;
- k) O serviço de Centro de Apoio ao Condutor deve assegurar:
  - i. Um tempo médio de espera pelo atendimento telefónico não superior a dez minutos (média mensal);
  - ii. Gravação de todas as chamadas telefónicas entre o Centro de Apoio ao Condutor e utilizadores, Contraentes Públicas e **AdP SGPS**;
  - iii. Registo de todas as ocorrências (telefonemas, mensagens de correio eletrónico reclamações, pedidos, etc.);
  - iv. Disponibilização de um endereço eletrónico único para a marcação de manutenção preventiva ou para qualquer marcação de serviços ou pedidos;
  - v. Disponibilização de um número de telefone único para todos os contactos;

- l) O serviço de Assistência em Viagem deve assegurar o reboque do veículo e o transporte dos ocupantes num prazo médio de trinta minutos;
- m) A disponibilização de uma viatura de substituição deve assegurar:
  - i. A sua entrega no prazo de meia hora após a entrada do veículo na oficina;
  - ii. Um tempo de espera máximo de trinta minutos, caso seja solicitado o serviço de táxi ou transporte em veículos descaracterizados a partir de plataformas eletrónicas (TVDE).
  - iii. Um ponto de entrega e recolha do veículo de substituição que não implique uma deslocação total superior a 50 Km (ida e volta) por parte do utilizador;
  - iv. Caso o veículo de substituição seja solicitado na sequência do serviço de Assistência em Viagem, deverá ser disponibilizado imediatamente após o transporte do utilizador até ao local de levantamento da viatura;
- n) O serviço de gestão de coimas deve assegurar o envio da comunicação até 5 (*cinco*) dias úteis após a sua receção ou expedição;
- o) O serviço de seguro automóvel deve assegurar a entrega do respetivo certificado de seguro juntamente com o veículo e a restante documentação, de modo a permitir a circulação legal do veículo na via pública, em cumprimento do Código da Estrada; E ainda o envio eletrónico do certificado de seguro atualizado, em data anterior à data de término do prazo de validade do certificado inicial;
- p) O serviço de gestão de sinistros deverá cumprir todas as disposições e obrigações legais, cumprindo os prazos previstos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de agosto, bem como as alterações legais supervenientes;
- q) O serviço de cessação/restituição deve assegurar o aviso do início do processo até 180 (*cento e oitenta*) dias antes do final de cada contrato, à **AdP SGPS** e à Contraente Pública.

### **CLÁUSULA 37.<sup>a</sup>**

#### **Reporte e Monitorização**

- 1. Constitui obrigação do(s) Cocontratante(s) elaborar e enviar à **AdP SGPS** e à Contraente Pública os seguintes relatórios de gestão:
  - a. Relatórios de faturação;
  - b. Relatórios de cumprimento dos níveis de serviço.
- 2. Os relatórios de faturação devem ser emitidos com uma periodicidade trimestral.
- 3. A omissão de envio dos relatórios referidos no n.º 1 da presente cláusula ou a existência de erros nos mesmos que não permitam a monitorização da faturação, tem um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação em causa.



4. Para efeitos do disposto no número anterior, a Contraente Pública deve notificar previamente o(s) Cocontratante(s) para, num prazo não superior a 5 (*cinco*) dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado.
5. Os relatórios de faturação devem conter os seguintes elementos:
  - a) Identificação da Contraente Pública e respetivo número de identificação de pessoa coletiva (NIPC);
  - b) Identificação do contrato;
  - c) Datas de início e de fim do contrato;
  - d) Descrição quantitativa do número de veículos e respetiva renda mensal;
  - e) Número, data e valor das faturas;
  - f) Preço de Venda ao Público da Viatura no momento da adjudicação;
  - g) Valor de investimento em cada viatura (indicando o desconto relativamente à alínea anterior);
  - h) Valor residual de cada viatura;
  - i) Valor amortizado para cada viatura.
6. Os relatórios de níveis de serviço devem conter, os seguintes elementos, definidos na cláusula anterior, os requisitos técnicos e funcionais mínimos definidos no presente caderno de encargos e eventuais sanções contratuais aplicadas:
  - a) Identificação da Contraente Pública e/ou contratante;
  - b) Número de contrato;
  - c) Duração prevista do contrato;
  - d) Datas de início e de fim do contrato;
  - e) Datas de intervenções em manutenção e troca de pneus;
  - f) Sinistros;
  - g) Quantidades de bens encomendados e entregues/serviços contratados e prestados;
  - h) Número de dias decorridos entre a data da encomenda e a data de entrega do bem em condições de ser recebido/data de contratação e data de início da prestação de serviços;
  - i) Sanções aplicadas e respetiva justificação.
7. Os relatórios definidos nos números anteriores devem ser enviados aos gestores do contrato designados pela **AdP SGPS** e à Contraente Pública até ao dia 10 do mês subsequente ao final do período do ano civil a que digam respeito, em formato eletrónico ou em plataforma eletrónica do Cocontratante.

## **CAPÍTULO VI**

### **FATURAÇÃO E PAGAMENTO**

### **CLÁUSULA 38.<sup>a</sup>**

#### **Preço Contratual e Condições de Pagamento**

1. O valor do preço contratual a pagar pela Contraente Pública pela locação em regime de aluguer operacional de viaturas e a prestação de serviços associados é o que resultar das propostas adjudicadas, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, caso aplicável.
2. A Contraente Pública é responsável unicamente pelo pagamento das prestações devidas pelas viaturas utilizadas, não havendo lugar a responsabilidade solidária ou subsidiária pelos pagamentos devidos.
3. As quantias devidas aos Cocontratantes, nos termos dos números anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a boa receção pela Contraente Pública das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da respetiva obrigação.
4. Em caso de discordância por incorreções ou omissões de dados nas faturas emitidas por parte da Contraente Pública, esta deve comunicar ao(s) Cocontratante(s), por escrito, os respetivos fundamentos, ficando obrigado(s) a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, iniciando-se novamente o prazo de pagamento referido no número anterior.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 4, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante ou outro meio que venha a ser acordado entre as partes.

### **CLÁUSULA 39.<sup>a</sup>**

#### **Atrasos no Pagamento**

1. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações.
2. A falta de pagamento das faturas regularmente emitidas e aceites dentro do prazo estipulado na cláusula 38.<sup>a</sup> apenas constitui em mora a Contraente Pública.
3. Os atrasos no pagamento das faturas ficam sujeitos à cobrança de juros de mora à taxa de juro legal em vigor, calculados a partir do dia seguinte ao do vencimento da fatura.
4. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas na cláusula anterior não autoriza o(s) Cocontratante(s) a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no CCP.
5. O direito de resolução com fundamento na mora apenas pode ser exercido mediante declaração expressa enviada à Contraente Pública e à **AdP SGPS**, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas do valor de juros de mora a que houver lugar.

## **CAPÍTULO VII**

### **VICISSITUDES CONTRATUAIS**

#### **CLÁUSULA 40.<sup>a</sup>**

##### **Sanções Contratuais**

I. O incumprimento dos níveis de serviço e das condições estipuladas previstas no presente caderno de encargos confere à Contraente Pública o direito de aplicação de sanções pecuniárias, designadamente, nos seguintes termos:

- a) Em caso de incumprimento do prazo de entrega de documentação, previsto na alínea g) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 25,00 (*vinte e cinco euros*) por cada dia de atraso;
- b) Em caso de incumprimento do prazo de entrega de viaturas, previsto nas alíneas a), b) e c) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 50,00 (*cinquenta euros*) por cada dia de atraso, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$S = 50 * A * N$$

Em que:

**S** = Sanção contratual;

**A** = Número de dias de atraso;

**N** = Número de veículos não entregues.

- c) Em caso de incumprimento do previsto na subalínea i) da alínea h) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 15,00 (*quinze euros*) por cada quilómetro que exceda a distância estipulada;
- d) Em caso de incumprimento do previsto na subalínea ii) da alínea h) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 15,00 (*quinze euros*) por cada hora que exceda a duração estipulada;
- e) Em caso de incumprimento do previsto na subalínea iii) da alínea h) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 35,00 (*trinta e cinco euros*) por cada dia de atraso;
- f) Em caso de incumprimento do prazo, previsto na subalínea ii) da alínea i) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 35,00 (*trinta e cinco euros*) por cada dia de atraso;

- g) Em caso de incumprimento do prazo previsto na alínea j) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 5,00 (*cinco euros*) por cada dia de diferença face à data de antecedência mínima;
  - h) Em caso de incumprimento do previsto nas subalíneas i) e ii) da alínea m) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 50,00 (*cinquenta euros*) por cada hora que exceda a duração estipulada;
  - i) Em caso de incumprimento do previsto na subalínea iii) da alínea m) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 15,00 (*quinze euros*) por cada quilómetro que exceda a distância estipulada;
  - j) Em caso de incumprimento do previsto na alínea f) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 50,00 (*cinquenta euros*) por cada dia de atraso;
  - k) Em caso de incumprimento do previsto na alínea n) da cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 10,00 (*dez euros*) por cada dia de atraso;
  - l) Em caso de incumprimento do prazo de entrega de apresentação dos relatórios previstos na cláusula 37.<sup>a</sup> poderá ser aplicada uma sanção pecuniária de € 200,00 (*duzentos euros*) por cada relatório em falta e dia de atraso.
- 2. A cada dez dias de atraso para além dos prazos de entrega, ao valor da sanção pecuniária prevista igualmente na alínea b) do n.º I, acresce uma taxa de penalização de 5% aplicável ao valor total da sanção que venha a ser aplicada.
  - 3. O valor das sanções pecuniárias a aplicar é descontado nas faturas imediatamente seguintes.
  - 4. Quando as sanções a que se referem os números anteriores revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da faculdade das Contraentes Públicas de resolução do contrato, bem como do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
  - 5. Não serão aplicadas penalidades em caso de verificação de um evento que possa ser considerado de força maior de acordo com o previsto na cláusula seguinte.

#### **CLÁUSULA 41.<sup>a</sup>**

##### **Força Maior**

- I. São considerados eventos de força maior as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento de obrigações contratuais e que sejam alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer

ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não se consideram eventos de força maior:
  - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - b) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais,
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem.
4. A ocorrência de um evento que possa ser considerado de força maior deverá ser imediatamente comunicado pela parte afetada à outra parte.
5. Caso o evento comunicado possa ser considerado de força maior conforme o disposto na presente cláusula, será determinada a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **CLÁUSULA 42.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da Posição Contratual**

1. É permitida a cessão da posição contratual da contraente pública, devendo para o efeito o Cocontratante ser notificado das alterações correspondentes aos elementos necessários para a faturação.
2. A cessão da posição contratual depende de autorização do Cocontratante, mas esta só pode ser recusada quando haja fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias do Cocontratante.

#### **CLÁUSULA 43.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por Parte dos Cocontratantes**

1. A verificação das situações previstas no n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos apenas habilita o Cocontratante a resolver o contrato quanto às obrigações de fornecimento e demais deveres associados quanto à Contraente Pública faltosa.
2. O direito de resolução referido no número anterior, quando exercido por verificação de uma situação de incumprimento de obrigações pecuniárias da Contraente Pública, pode ser exercido mediante declaração enviada à contraente pública em falta e à **AdP SGPS**, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

#### **CLÁUSULA 44.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por Parte da Contraente Pública**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, as Contraentes Públicas podem, a título sancionatório, resolver o Contrato, na parte que lhes respeita, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo incumprimento reiterado e sistemático de obrigações contratuais.
2. O direito de resolução referido no número anterior é exercido pela Contraente Pública mediante declaração enviada ao Cocontratante, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante a Contraente Pública pode aplicar-lhe uma penalidade de até 20% do valor global do contrato.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS**

#### **CLÁUSULA 45.<sup>a</sup>**

##### **Consórcio**

1. Caso haja lugar a agrupamento de concorrentes, o agrupamento adjudicatário associar-se-á na modalidade de consórcio externo antes da celebração do Acordo Quadro.
2. O contrato de consórcio externo deve designar um dos membros do agrupamento como chefe de consórcio.
3. Ao chefe de consórcio deve ser conferida a competência para a elaboração e envio de relatórios conforme estipulado na Cláusula 37.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.

#### **CLÁUSULA 46.<sup>a</sup>**

##### **Prestação de caução nos procedimentos a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro**

1. Em cada procedimento a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro que implique um preço contratual igual ou superior a 500.000,00 € (*quinhentos mil Euros*) será exigida uma caução, a prestar no prazo de 10 (*dez*) dias úteis a contar da data de notificação da adjudicação, devendo a mesma ser comprovada junto da(s) entidade(s) adjudicante(s) correspondente(s) até ao fim do dia útil seguinte ao termo deste prazo.
2. O valor da caução é de 5% (*cinco por cento*) do preço contratual, com exclusão do IVA, e será prestada, conforme escolha do adjudicatário, por depósito em dinheiro, em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme modelos a disponibilizar com o convite do procedimento a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro.
3. O depósito efetuar-se-á em qualquer instituição de crédito à ordem da(s) entidade(s) adjudicante(s) correspondente(s).
4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% (*noventa por cento*) dessa média.
5. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, apresentará, conforme modelo a disponibilizar, um documento, sem prazo de validade, pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelas entidades adjudicantes em virtude do incumprimento das obrigações.
6. Das condições de garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não poderá, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias das entidades adjudicantes, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.
7. Todas as despesas derivadas da prestação da caução serão da conta do adjudicatário.
8. A não prestação da caução no prazo indicado dará origem à caducidade da adjudicação do correspondente procedimento.

#### **CLÁUSULA 47.<sup>a</sup>**

##### **Execução de Caução**

1. Quando haja lugar à prestação de caução, nos termos da cláusula anterior, pode a mesma ser executada pelas entidades adjudicantes sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para

satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.

2. A resolução do contrato pelas entidades adjudicantes não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação das entidades adjudicantes para esse efeito.

#### **CLÁUSULA 48.<sup>a</sup>**

##### **Liberação de Caução**

- I. Quando prestada caução para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações previstas no(s) contrato(s) a liberação da mesma é realizada faseadamente, nos seguintes termos:
  - a) 25% do valor da caução é liberado após o decurso do período de doze meses contados da data efetiva de entrega das viaturas;
  - b) 25% do valor da caução é liberado após o decurso do período de vinte e quatro meses contados da data efetiva de entrega das viaturas;
  - c) 25% do valor da caução é liberado após o decurso do período de trinta e seis meses contados da data efetiva de entrega das viaturas;
  - d) 25% do valor da caução é liberado após o decurso do período de quarenta e oito meses contados da data efetiva de entrega das viaturas.
2. Decorridos os prazos estabelecidos no número anterior, o(s) Cocontratante(s) podem requerer a liberação progressiva da caução à Contraente Pública, mediante o envio de mensagem de correio eletrónico, dirigida ao gestor do contrato.
3. Caso o(s) Cocontratante(s) não solicite a liberação progressiva da caução nos termos do número anterior, a Contraente Pública deve promover a liberação integral da caução prestada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o cumprimento de todas as obrigações do(s) contraente público(s).

#### **CLÁUSULA 49.<sup>a</sup>**

##### **Deveres de informação**

- I. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.



2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **CLÁUSULA 50.<sup>a</sup>**

##### **Acompanhamento e fiscalização de modo de execução do Contrato**

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do Contrato designado pelas contraentes públicas e identificado no Contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor do Contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do Contrato pelo cocontratante.
3. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

#### **CLÁUSULA 51.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações**

1. As comunicações ou notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega ou carta registada com aviso de receção.
2. As comunicações ou notificações efetuadas através de carta registada consideram-se recebidas na data em que for assinado o aviso de receção ou, na ausência de assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. As comunicações ou notificações enviadas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante no recibo de entrega.
4. Todas as comunicações a trocar entre as partes serão remetidas para os interlocutores que forem identificados no Contrato a celebrar.
5. Sem prejuízo de poderem ser estipuladas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes contratuais, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual identificados no contrato.
6. Qualquer alteração das informações de contacto prevista no contrato deve ser comunicada à outra parte.

## **CLÁUSULA 52.<sup>a</sup>**

### **Foro Competente**

O foro competente para a resolução de todas as questões decorrentes da celebração do Acordo Quadro e dos contratos de aluguer operacional de viaturas é o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CLÁUSULA 53.<sup>a</sup>**

### **Regime Aplicável**

O Acordo Quadro tem natureza administrativa, bem como os contratos a celebrar ao seu abrigo, regendo-se pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

## **CLÁUSULA 54.<sup>a</sup>**

### **Contagem dos Prazos**

Salvo exceções devidamente identificadas no presente caderno de encargos, no que se refere à contagem dos prazos na fase de execução do Acordo Quadro e dos contratos a celebrar ao seu abrigo, aplicam-se as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem dos prazos o dia em que ocorrer o evento a partir do qual começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data termina às 24 horas do dia em que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

ANEXO I – Lista de Contraentes Públicas;

ANEXO II – Lotes;

ANEXO II-A – Valor estimado por Lote;

ANEXO III – Requisitos Técnicos e Funcionais por Lote;

ANEXO IV – Equipamentos obrigatórios e opcionais por Lote.

## ANEXO I

### Lista de Contraentes Públicas

(a que se refere o n.º I da Cláusula 1.ª)

CONTRAENTES PÚBLICAS	NIF	SEDE
Águas do Norte, S.A.	513606084	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A   5000-626 Vila Real
A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A.	515486159	Rua Frei Bartolomeu Mártires, n.º 156   4900-364 Viana do Castelo
Águas do Douro e Paiva, S.A.	514310774	Rua de Vilar, n.º 253, 5º, Edifício SCALA   4050-626 Porto
SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.	514310103	ETAR Gaia Litoral, Rua Alto dos Chaquedas, Canidelo   4400-356 Vila Nova de Gaia
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509107630	Travessa Rua da Paz, n.º 4   3800-587 Cacia, Aveiro
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque   3030-410 Coimbra
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	500906840	Avenida da Liberdade n.º 24   1250-144 Lisboa
Águas do Vale do Tejo, S.A.	513606130	Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21, r/ch   6300-693 Guarda
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	514387130	ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta   1300-254 Lisboa
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.	514385901	ETAR da Quinta do Conde, EN 10, Quinta do Conde III   2975-403 Quinta do Conde
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	509133843	Rua Dr. Aresta Branco n.º 51   7800-310 Beja
Águas de Santo André, S.A.	505600005	Cerca da Água, Rua dos Cravos   7500-130 Vila Nova de Santo André
Águas do Algarve, S.A.	505176300	Rua do Repouso, n.º 10   8000-302 Faro
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	503093742	Rua Visconde de Seabra, n.º 3   1700-421 Lisboa
AdP - Águas de Portugal Internacional Serviços Ambientais, S.A.	505306182	Rua Visconde de Seabra, n.º 3   1700-421 Lisboa
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.	505296950	Rua Visconde de Seabra, n.º 3   1700-421 Lisboa
AdP ENERGIAS - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A.	505253267	Rua Visconde de Seabra, n.º 3   1700-421 Lisboa

## **ANEXO II**

### **Lotes**

*(a que se refere o n.º 2 da Cláusula 4.ª)*

***Ficheiro anexo em formato Excel***

## ANEXO II -A

### Valor estimado por Lote

(a que se refere a Cláusula 4.ª)

Lote	DESIGNAÇÃO DO LOTE	DETALHE TÉCNICO	Valor por lote
1	Comercial Ligeiro - Lote 1	Derivado Van B	14 861,20 €
2	Comercial Ligeiro - Lote 2	Derivado Teto Sobrelevado B	165 596,28 €
3	Comercial Ligeiro - Lote 3	Derivado Teto Sobrelevado B - Elétrico	9 765 934,60 €
4	Comercial Ligeiro - Lote 4	Furgão de Mercadorias - Elétrico	212 302,93 €
5	Comercial Ligeiro - Lote 5	Furgão de Mercadorias L1H1	165 596,28 €
6	Comercial Ligeiro - Lote 6	Furgão de Mercadorias L1H2	165 596,28 €
7	Comercial Ligeiro - Lote 7	Furgão de Mercadorias L2H1	165 596,28 €
8	Comercial Ligeiro - Lote 8	Furgão de Mercadorias L2H2	165 596,28 €
9	Comercial Ligeiro - Lote 9	Furgão de Mercadorias L2H3	165 596,28 €
10	Comercial Ligeiro - Lote 10	Furgão de Mercadorias L3H2	165 596,28 €
11	Comercial Ligeiro - Lote 11	Furgão de Mercadorias L3H3	165 596,28 €
12	Comercial Ligeiro - Lote 12	Furgão de Mercadorias L4H2	165 596,28 €
13	Comercial Ligeiro - Lote 13	Furgão de Mercadorias L4H3	165 596,28 €
14	Comercial Ligeiro - Lote 14	Pick-up com tração 4x2 e cabine simples	212 302,93 €
15	Comercial Ligeiro - Lote 15	Pick-up com tração 4x2 e cabine extra	212 302,93 €
16	Comercial Ligeiro - Lote 16	Pick-up com tração 4x2 e cabine dupla	212 302,93 €
17	Comercial Ligeiro - Lote 17	Pick-up com tração 4x4 e cabine simples	2 123 029,26 €
18	Comercial Ligeiro - Lote 18	Pick-up com tração 4x4 e cabine extra	2 547 635,11 €

19	Comercial Ligeiro - Lote 19	Pick-up com tração 4x4 e cabine dupla	2 123 029,26 €
20	Comercial Ligeiro - Lote 20	Chassis-cabina simples I	165 596,28 €
21	Comercial Ligeiro - Lote 21	Chassis-cabina simples II	165 596,28 €
22	Comercial Ligeiro - Lote 22	Chassis-cabina simples III	165 596,28 €
23	Comercial Ligeiro - Lote 23	Chassis-cabina dupla I	165 596,28 €
24	Comercial Ligeiro - Lote 24	Chassis-cabina dupla II	165 596,28 €
25	Comercial Ligeiro - Lote 25	Chassis-cabina dupla III	165 596,28 €
26	Ligeiro de Passageiros - Lote 26	Pequeno Furgão de Passageiros (5 lugares)	165 596,28 €
27	Ligeiro de Passageiros - Lote 27	Pequeno Furgão de Passageiros (5 lugares) - Elétrico	165 596,28 €
28	Ligeiro de Passageiros - Lote 28	Furgão de Passageiros (6 lugares)	165 596,28 €
29	Ligeiro de Passageiros - Lote 29	Furgão de Passageiros (+ 6 lugares)	165 596,28 €
30	Ligeiro de Passageiros - Lote 30	Todo-o-terreno com tração 4x4	165 596,28 €
31	Ligeiro de Passageiros - Lote 31	Tipo "A"	165 596,28 €
32	Ligeiro de Passageiros - Lote 32	Tipo "A" - Elétrico	165 596,28 €
33	Ligeiro de Passageiros - Lote 33	Tipo "B" - Gasóleo	165 596,28 €
34	Ligeiro de Passageiros - Lote 34	Tipo "B" - Gasolina	165 596,28 €
35	Ligeiro de Passageiros - Lote 35	Tipo "B" - Carrinha	165 596,28 €
36	Ligeiro de Passageiros - Lote 36	Tipo "B" - Híbrido	165 596,28 €
37	Ligeiro de Passageiros - Lote 37	Tipo "B" - Elétrico	5 095 270,22 €
38	Ligeiro de Passageiros - Lote 38	Tipo "C" - Gasóleo	165 596,28 €
39	Ligeiro de Passageiros - Lote 39	Tipo "C" - Gasolina	165 596,28 €
40	Ligeiro de Passageiros - Lote 40	Tipo "C" - Carrinha	165 596,28 €
41	Ligeiro de Passageiros - Lote 41	Tipo "C" - Híbrido	2 972 240,96 €
42	Ligeiro de Passageiros - Lote 42	Tipo "C" - Elétrico	165 596,28 €
43	Ligeiro de Passageiros - Lote 43	Tipo "D" I	165 596,28 €
44	Ligeiro de Passageiros - Lote 44	Tipo "D" I - Híbrido	2 123 029,26 €
45	Ligeiro de Passageiros - Lote 45	Tipo "D" II - Híbrido	1 273 817,56 €
46	Ligeiro de Passageiros - Lote 46	Tipo "D" III	165 596,28 €
47	Ligeiro de Passageiros - Lote 47	Tipo "D" III - Híbrido	849 211,70 €
48	Ligeiro de Passageiros - Lote 48	Tipo "E" I	165 596,28 €
49	Ligeiro de Passageiros - Lote 49	Tipo "E" I - Híbrido	169 842,34 €
50	Ligeiro de Passageiros - Lote 50	Tipo "E" II	165 596,28 €

51	Ligeiro de Passageiros - Lote 51	Tipo "E" II - Híbrido	165 596,28 €
52	Ligeiro de Passageiros - Lote 52	Tipo "F" I – Híbrido	165 596,28 €
53	Ligeiro de Passageiros - Lote 53	Tipo "F" II - Híbrido	165 596,28 €
54	Ligeiro de Passageiros - Lote 54	Tipo "D" II	165 596,28 €
55	Ligeiro de Passageiros - Lote 55	Tipo "E" I - Elétrico	165 596,28 €
56	Ligeiro de Passageiros - Lote 56	Tipo "D" III - Elétrico	165 596,28 €
57	Ligeiro de Passageiros - Lote 57	Tipo "D" II - Elétrico	165 596,28 €
58	Ligeiro de Passageiros - Lote 58	Tipo "D" I - Elétrico	165 596,28 €
59	Ligeiro de Passageiros - Lote 59	Tipo "B" – Elétrico (Rápido AC)	5 095 270,22 €
60	Ligeiro de Passageiros - Lote 60	Furgão de Mercadorias - Elétrico L1H1	165 596,28 €
61	Ligeiro de Passageiros - Lote 61	Furgão de Mercadorias - Elétrico L2H2	171 965,37 €
<b>TOTAL</b>			<b>42 460 585,20 €</b>



### **ANEXO III**

#### **Requisitos técnicos e funcionais**

*(a que se refere o n.º 2 da Cláusula 27.ª)*

***Ficheiro anexo em formato Excel***

## **ANEXO IV**

### **Equipamentos obrigatórios e opcionais**

*(a que se refere o n.º 3 da Cláusula 27.ª)*

***Ficheiro anexo em formato Excel***